

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2023**  
**PROCESSO Nº 83/2023**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Às dez horas do dia 27 de novembro de 2023, na sala de licitações, presentes os membros da Comissão Permanente, criada pela Portaria nº 078/2022, reunida com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada e enviada pelas empresas INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO TRÊS PALMEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.800.827/0001-01, para o fornecimento de 300 Tubos de Concreto de 60 cm, no valor total de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), 50 Tubos de Concreto Armado de 80 cm, no valor total de R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais) e 25 Tubos de Concreto Armado de 1,00 metro, no valor total de R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme menor proposta apresentada pela empresa.

**FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE:**

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Tendo em vista o fornecimento dos tubos com urgência, devido os estragos causados pelas fortes chuvas que atingiram o município, causando destruição de estradas e pontilhões, conforme Decreto em anexo.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser pago pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta por Dispensa de Licitação, para a contratação de empresa para fornecimento de 300 Tubos de Concreto de 60 cm, no valor total de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), 50 Tubos de Concreto Armado de 80 cm, no valor total de R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais) e 25 Tubos de Concreto Armado de 1,00 metro, no valor total de R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme menor proposta apresentada pela empresa, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público, conforme orçamentos em anexo, bem como a documentação da empresa encontram-se de acordo com a legislação vigente.

Destaca-se que a apuração do preço se deu com base em orçamentos colhidos em empresas da região, bem como no banco de preços.

Nada mais a relatar, foi lavrada a presente ata e encaminhada para parecer jurídico e posterior para autoridade superior para ratificação e devida publicação.

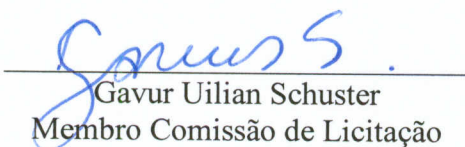
Planalto/RS, 27 de novembro de 2023.



Maurício Merlo  
Presidente Comissão de Licitação



Rejane Regina Zampronio  
Membro Comissão de Licitação



Gavur Uilian Schuster  
Membro Comissão de Licitação





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



## PARECER JURÍDICO

INTERESSADO : COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RELATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2023

DISPENSA Nº 19/2023

ASSUNTO : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A O FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO

CALAMIDADE PÚBLICA/CHUVAS INTENSAS

DECRETO MUNICIPAL 069/2023

HOMOLOGAÇÃO GOVERNO ESTADUAL-DECRETO ESTADUAL 57.2856/2023

DA ANÁLISE DE POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Administração Municipal solicitou através da Comissão de Licitação parecer jurídico para contratação de empresa para o fornecimento de tubos de concreto, AUSENTE A JUSTIFICATIVA, não será possível analisar a finalidade da dispensa, porém presume-se ser para atender a situação de emergência devido as fortes chuvas ocorridas na cidade, que ocasionando inundações em vários locais da zona urbana e zona rural.

Ressaltamos que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

POIS BEM;

É notório que a realização de Licitação é regra e a não-licitação é exceção, sendo que as exceções são os casos previstos na Lei nº8.666/93 de Dispensa e de Inexigibilidade. A licitação pode ser dispensada quando a conveniência administrativa, aliada ao interesse público específico são enquadráveis nas previsões do art. 24 da Lei nº8.666/93.

O art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93 reza que: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimentos de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e ou outros bens, públicos e particulares e somente para bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, **vedada a prorrogação dos respectivos contratos.**"





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



“ Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento. Já por calamidade pública, entendam-se aquelas desgraças que atingem, de repente, grande número de cidadãos, como, por exemplo, podemos citar a seca, as inundações, enxurradas, desabamentos, peste, guerra, incêndio, terremoto, vendaval.

Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que: “Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: ‘além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei:

1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;

3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado’ “.

O Professor Marçal Justen Filho diz que para a caracterização dessa hipótese de dispensa de licitação é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano e a demonstração de que a contratação é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.

O posicionamento do Tribunal de Contas da União é de que é cabível a dispensa de licitação: Dispensa – emergência TCU decidiu: “..a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares,





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto.”(Fonte: TCU. Processo nº 009.248/94-3.

Decisão nº347/1994 – Plenário e TCU - Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996- Plenário) “ “Emergência – calamidade pública Nota : o TCU decidiu em resposta a consulta, que é dispensável a licitação no caso de calamidade pública desde que observados os artigos 24, IV, e 26 da Lei nº8.666/93, bem como os pressupostos estabelecidos em caráter normativo na Decisão nº 347/94 e ainda, a observância do Decreto federal nº895/93, justificativa da escolha do fornecedor(capacidade técnica). Fonte: TCU. Processo nº929.114/98-1. Decisão nº 627/1999 – Plenário.”

Assim, a Lei 8.666/93 permite, como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta, através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei. No caso em tela, a situação de emergência está plenamente comprovada, uma vez que decretada pela Municipalidade e, ainda que não Homologada pelo Estado Rio Grande do Sul, as fortes chuvas, e ainda incessantes tem ocasionados danos em estradas, pontilhões, quer na zona rural como urbana, não podemos deixar de atender nossa população.

**Assim, considerando que a contratação do serviço pode ser feita sem procedimento licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso IV da Lei nº8.666/93, opino pela contratação direta da Empresa INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO TRES PALMEIRAS LTDA, estando apta a prestar os serviços, considerando o melhor preço, e está apta e habilitada para a contratação com o ente municipal, conforme documento de regularidade fiscal em anexo.**

Este é o parecer.

Planalto, 27 de novembro de 2023

VALÉRIA CRISTINA BORTOLUZZI

PROCURADORA JURÍDICA





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



## DESPACHO

Com base na decisão da Comissão de Licitações e no Parecer Jurídico, reconheço ser dispensável a licitação e ratifico o ato para a contratação da empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO TRÊS PALMEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.800.827/0001-01, para o fornecimento de 300 Tubos de Concreto de 60 cm, no valor total de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), 50 Tubos de Concreto Armado de 80 cm, no valor total de R\$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais) e 25 Tubos de Concreto Armado de 1,00 metro, no valor total de R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme menor proposta apresentada pela empresa, com base no Art. 24, IV, da Lei 8.666/93, conforme Processo 83/2023, Dispensa 19/2023.

Planalto/RS, 27 de novembro de 2023.

Cristiano Gnoatto  
Prefeito Municipal



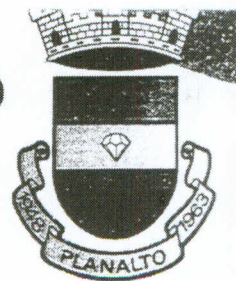


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO RS

DECRETO Nº 069, DE 24 DE OUTUBRO DE 2023.

Declara Situação de Anormalidade  
nas áreas do município, afetadas  
pelo evento adverso TEMPESTADE  
LOCAL CONVECTIVA/CHUVAS  
INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4,  
conforme Portaria nº 260/2022 - MDR

O Senhor CRISTIANO GNOATTO, Prefeito Municipal de PLANALTO RS,  
localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,  
conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal  
nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

### CONSIDERANDO:

I – as chuvas intensas, acompanhadas de vendaval ocorrida no dia 17/10/2023,  
com acumulados significativos, que causou múltiplos desastres, alagamentos,  
inundações, destelhamento de residências, atingindo o Município nas áreas  
descritas no FIDE;

II – que o Município disponibilizou todo o aparato disponível para minimizar os  
efeitos do desastre, bem como para assistência e socorro aos afetados;

III – que, em consequência deste desastre, resultaram os danos humanos e  
materiais e os prejuízos econômicos e sociais descritos, bem como aqueles  
constantes no Requerimento/FIDE em anexo;

IV – que concorrem como agravantes da situação de anormalidade: o grande  
volume precipitado em um pequeno intervalo de tempo que com a precariedade

Prefeitura  
**Planalto**  
Juntos Podemos Mais





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



do sistema de drenagem de águas pluviais, resultaram em danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes no Requerimento/relatório em anexo;

V – que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de situação de anormalidade, atribuindo intensidade **Nível II**.

## DECRETA:

**Art. 1º.** Fica declarada Situação de Emergência em virtude do desastre classificado e codificado como TEMPESTADE LOCAL CONVECTIVA/CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

**Parágrafo Único.** A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

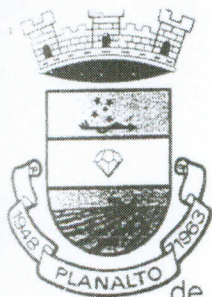
**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

**Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes

Prefeitura  
**Planalto**  
Juntos Podemos Mais





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

**Parágrafo Único.** Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

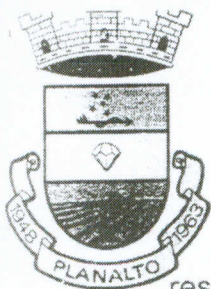
**Art. 5º.** De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

**§ 1º.** No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

**§ 2º.** Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

**Art. 6º.** De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

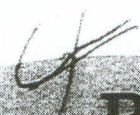
Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



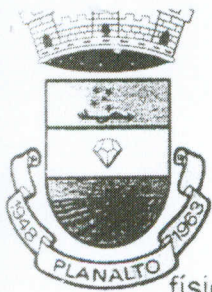
resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, "de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação".

**Art. 7º.** De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o município decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do munícipe - e **visa socorrer o Ente Federado** que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

**Art. 8º.** De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980, que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, reduzindo inclusive o pagamento devido do Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR, por pessoas

  
Prefeitura  
**Planalto**  
Juntos Podemos Mais





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada;

**Art. 9º.** De acordo com o artigo 167, § 3º da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;

**Art. 10º.** De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;

**Art. 11º.** De acordo com o art. 4º, § 3º, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;

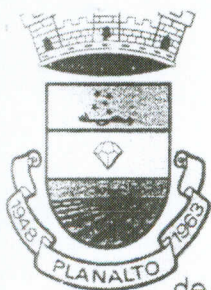
**Art. 12º.** De acordo com art. 61, inciso II, alínea "j" do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, ou seja, são circunstâncias agravantes de pena, o cometimento de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;

**Art. 13º.** De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais

**Art. 14º.** De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 218 e 222, do Novo Código

Prefeitura  
**Planalto**  
Juntos Podemos Mais





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

**Art. 15º.** Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE,**

**PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, aos 24 dias do mês de outubro de 2023.

**Cristiano Gabatto**  
**Prefeito Município**





GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
CASA MILITAR  
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

O presente **PARECER** versa sobre análise de documentos para fins de homologação de **Situação de Emergência** no Município de **PLANALTO** em consequência de desastre por **CHUVAS INTENSAS**, ocorrido no dia 17 de outubro de 2023, conforme considerações abaixo:

**Considerando** que o Município de **PLANALTO**, através do **Decreto Municipal nº. 069, de 24 de outubro de 2023**, declarou **Situação de Emergência** por ocasião de evento adverso tipificado como **CHUVAS INTENSAS**, COBRADE 1.3.2.1.4, em conformidade com a Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 e com a Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e informações inseridas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE);

**Considerando** que o evento adverso ocorrido, ocasionou danos humanos e materiais **em toda área do município**, conforme Parecer da COMPDEC, fotos e laudos acostados ao processo;

**Considerando** o prazo exíguo previsto na norma para o ente municipal realizar o levantamento dos danos, prejuízos, elaboração de laudos e pareceres que descrevam e discriminem com exatidão as reais consequências do desastre;

**Considerando** a vistoria da Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil no referido município em 24 de outubro de 2023, que consigna em seu relatório a existência de danos humanos e materiais, bem como prejuízos econômicos através de documentos comprobatórios que foram juntados ao processo;

Diante das considerações acima, reconheço, preliminarmente, a ocorrência de danos e prejuízos relatados no município. Porém, haja vista o prazo exíguo previsto na legislação, deixo de analisar a extensão e gravidade dos mesmos, e encaminho o presente ao Senhor Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, com parecer **FAVORÁVEL** à homologação da **Situação de Emergência** do município de **PLANALTO**, **em toda área do município**, conforme descrito no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) do SINPDEC, sendo classificado como desastre de média intensidade - **Nível II**.

À consideração do Senhor Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Em 26 de outubro de 2023.

**MARCUS VINICIUS GONÇALVES OLIVEIRA - Cel QOEM**  
Subchefe Estadual de Proteção e Defesa Civil



Aprovo as conclusões da Subchefia Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Assim, encaminhe-se o processo à consideração do Excelentíssimo Governador do Estado, propondo a **HOMOLOGAÇÃO** da **Situação de Emergência** decretada pelo Município de **PLANALTO**, conforme parecer do Subchefe Estadual de Proteção e Defesa Civil, em virtude de desastre de média intensidade - **Nível II**, que afetou **toda área do município**, atendendo aos critérios mínimos estabelecidos na Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 e na Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em 26 de outubro de 2023.

**Cel QOEM LUCIANO CHAVES BOEIRA**  
**Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil**



Nome do documento: 04 - Parecer 577 Planalto.docx

**Documento assinado por**

Marcus Vinicius Gonçalves Oliveira  
Luciano Chaves Boeira

**Órgão/Grupo/Matrícula**

CM / DC/GSCHPDC / 2232979  
CM / GAB / 2311607

**Data**

26/10/2023 17:20:16  
26/10/2023 17:25:32



# DIÁRIO OFICIAL



Estado do Rio Grande do Sul

## ATOS DO GOVERNADOR

### DECRETOS

Atos do Governador

### DECRETO

DECRETO Nº 57.286, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Homologa Situação de Emergência nos Municípios de Três Palmeiras, Tiradentes do Sul, Hulha Negra, Itaqui, Dois Irmãos das Missões, Alvorada, Cristal do Sul, Taquaruçu do Sul, Tupanciretã, Charrua, Áurea e Planalto.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e em conformidade com o art. 7º, inciso VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e com a Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados os Decretos expedidos pelos respectivos Prefeitos Municipais em razão dos eventos abaixo indicados, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, como segue:

Processo administrativo nº	Município	Decreto Municipal nº	Evento	Área
23/0804-0001716-8	Três Palmeiras	62, de 10 de outubro de 2023	Granizo, 1.3.2.1.3	em toda a área do Município
23/0804-0001712-5	Tiradentes do Sul	70, de 18 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001717-6	Hulha Negra	2.691, de 16 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município



23/0804-0001718-4	Itaqui	8.897, de 17 de outubro de 2023	Inundações, 1.2.1.0.0	em parte da área urbana, especificadamente: bairros Ponte Seca, Centro, Ênio Sayago, 24 de Maio, Cerrinho Dois Úmbus e Várzea, e em parte da área rural, especificadamente: localidades Pessegueiro, Pintado, São Donato, Ibicuí, Mata Fome, Passo do Silvestre, Mariano Pinto, Chapadão, Tuparay, Butuí e Saladeiro.
23/0804-0001719-2	Dois Irmãos das Missões	42, de 23 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001722-2	Alvorada	139, de 3 de outubro de 2023	Inundações, 1.2.1.0.0	em parte da área urbana, especificadamente bairros Americana/Sumaré e Formosa/Maria Regina.
23/0804-0001721-4	Cristal do Sul	84, de 23 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001720-6	Taquaruçu do Sul	74, de 20 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001723-0	Tupanciretã	6.762, de 19 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001724-9	Charrua	2.145, de 11 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
23/0804-0001725-7	Áurea	2.135, de 10 de outubro de 2022	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município



23/0804-0001726-5	Planalto	69, de 24 de outubro de 2023	Chuvas Intensas, 1.3.2.1.4	em toda a área do Município
-------------------	----------	------------------------------	----------------------------	-----------------------------

**Art. 2º** Confirma-se, por intermédio deste Decreto de Homologação, que os Decretos de declaração de situação anormal estão em consonância com os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e pela Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e que, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos que lhes são próprios, no âmbito da jurisdição estadual.

**Art. 3º** Os Órgãos Regionais Estaduais do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, sediados no território do Estado do Rio Grande do Sul, ficam autorizados a prestar apoio suplementar aos Municípios afetados, mediante prévia articulação e planejamento com o Órgão Central de Coordenação do Sistema e com o Órgão Regional Municipal.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar dos Decretos dos Prefeitos Municipais, devendo vigorar pelo prazo de cento e oitenta dias.

**PALÁCIO PIRATINI**, em Porto Alegre, 31 de outubro de 2023.

**EDUARDO LEITE,**

Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

**ARTUR DE LEMOS JÚNIOR,**

Secretário-Chefe da Casa Civil.

---

EDUARDO LEITE  
Praça Marechal Deodoro, s/nº, Palácio Piratini  
Porto Alegre  
EDUARDO LEITE  
Governador do Estado  
Praça Marechal Deodoro, s/nº  
Porto Alegre  
Fone: 5132104100

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul  
Em 1 de Novembro de 2023

Protocolo: **2023000919223**

Publicado a partir da página: **31**